

FNE: "Garantimos todo o trabalho que for necessário desenvolver para que os 9 anos, 4 meses e 2 dias sejam integralmente devolvidos"

A FNE esteve presente esta manhã, na Assembleia da República, para assistir à votação em que foram analisados os pedidos de apreciação parlamentar do decreto-lei do governo que impõe aos professores uma contagem reduzida do tempo de serviço que esteve congelado.

O Secretário-Geral, João Dias da Silva, esteve nas galerias da Assembleia com mais dirigentes da FNE e à saída declarou que "por efeitos desta votação, vai estar em vigor provisoriamente um decreto-lei do governo que determina que só sejam contabilizados para progressão dos professores o tempo de 2 anos, 9 meses e 18 dias e que a contabilização vai ser feita faseadamente num processo que pode ocorrer até finais de 2021" acrescentando que "o objetivo que tínhamos e temos de recuperar na totalidade o tempo de serviço congelado, ainda não foi alcançado. Desta vez, apesar de haver convergência em várias matérias entre cinco partidos, por força da conjuntura em que nos encontramos, não foi possível atingir já os objetivos".

João Dias da Silva deixou o alerta: "Da nossa parte não há nenhuma desistência. Da nossa parte preservamos aquilo que é essencial: que os professores estão certos que terão da parte da FNE e dos seus sindicatos todo o trabalho que for necessário desenvolver para que os 9 anos, 4 meses e 2 dias sejam integralmente devolvidos para terem aplicação no desenvolvimento da carreira dos professores".

A FNE garante que vai refletir sobre a forma de demonstrar à sociedade que da parte dos professores não há nenhum baixar de braços relativamente a estes objetivos e que vamos demonstrar de uma forma muito clara nesta legislatura e com o governo que sair das próximas eleições que não abandonamos o objetivo da recuperação total do tempo de serviço congelado.

Os professores e educadores portugueses podem contar com a FNE e com os seus sindicatos para demonstrar a nossa razão contra a campanha de mentiras sobre os reais impactos da recuperação total do tempo de serviço e que garantiremos todos os esforços em tudo o que for necessário e útil para que todo o tempo seja devolvido e que os professores e educadores cumpram as expectativas a que têm direito de terem uma aposentação digna e uma carreira valorizada e dignificada.

Lisboa, 10 de maio de 2019

A Comissão Executiva